

OCDE recomenda baixa nas tarifas de importação

Ana Paula Fernandes e Sabrina Lorenzi
do Rio

O Brasil ultrapassou o limiar para o crescimento sustentável, afirmou ontem o diretor da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Val Koromzay, que está no País para divulgar o do primeiro relatório Brasil da entidade. Ele disse que essa afirmação é cautelosa e condicional. "Certos aspectos do atual cenário econômico ainda permanecem relativamente frágeis", disse, mencionando a vulnerabilidade a choques externos, por causa do peso da dívida externa e da dependência à poupança estrangeira. O relatório, concluído no início do ano, elogia a estabilidade econômica, a queda da inflação e a gestão fiscal, e recomenda investimentos em energia. Marcos Bonturi, economista da entidade, considera uma questão estrutural, essa falta de investimentos. Segundo o estudo, para o PIB crescer em torno de 4% ao ano há demanda de energia se elevando em mais de 5% e a de eletricidade acima de 7% ao ano. Assim, são necessários investimentos anuais em torno de US\$ 10 bilhões — uma nova Itaipu, a cada três anos, disse Bonturi. Para o setor privado investir, deve ser definido um quadro regulatório claro e com garantias de que as regras do jogo não vão mudar.

A OCDE também recomenda mais cuidado com a agricultura e investimentos sociais. Sobre relações comerciais, sugere redução das alíquotas do imposto de importação. O economista-chefe do Departamento de Economia da OCDE, Joaquim Oliveira Martins, diz que alíquotas não devem servir para compensar o custo Brasil. A importação, especialmente de bens de capital, afirma, pode até contribuir para aumentar a capacidade de exportação. "Se a indústria puder comprar uma máquina que tenha melhor produtividade no exterior, ela será mais competitiva e poderá exportar mais". No Brasil, as tarifas chegam a 35%, mas ficam em 2% nos países da OCDE, informa.

Apesar disso, as exportações reagiram no período em análise. Para Régis Bonelli, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o aumento de produtividade foi o grande impulso para alavancar as vendas ao exterior. Esse crescimen-

to, entretanto, teve um preço: a queda dos salários. Segundo Bonelli, o custo de mão-de-obra caiu à metade em quatro anos. É na defesa da prática de distribuição de salários diferenciados — e melhores — que o chefe do centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri, fala em soluções para atenuar as desigualdades sociais. A abordagem do relatório sobre as discrepâncias entre classes não agradou o economista, que disse que, "mais uma vez, a questão social é vista como vinda a reboque da situação econômica". Outra crítica que Neri faz diz respeito aos efeitos da estabilização da moeda sobre a pobreza, que, ao contrário do que diz o relatório, não foi reduzida por conta do Plano Real. Houve aumento de

4,22% da pobreza nos quatro anos seguintes à adoção da nova moeda, diz.

"Não há mudança na distribuição durante o período de lua-de-mel do Real. As crises externas são mais líquidas para atenuar as desigualdades do que a

estabilidade", acrescenta, explicando que nos momentos de crise os pobres são mais poupados que os ricos, o que provoca a diminuição do abismo entre as classes.

Sobre os investimentos sociais, o relatório faz profunda crítica ao volume de recursos destinados ao pagamento de aposentadorias e pensões, o que estaria contribuindo para a persistência da desigualdade de renda. "As despesas com aposentadorias públicas no Brasil superam em mais de 35% aquelas com educação, o que é contraditório com seu perfil demográfico", está no relatório. "Havia algo em torno de 65 milhões de pessoas menores de 20 anos em comparação com menos de 10 milhões maiores de 65 anos em 1997". A organização sugere que haja modificação no regime de aposentadoria do funcionalismo público, com redução das aposentadorias em relação aos salários da ativa.

Os economistas da organização consideram que, se não forem computados os gastos com pensões e aposentadorias, o Brasil faz poucos investimentos sociais.

O relatório sobre o Brasil foi divulgado internacionalmente pela primeira vez em 27 de abril, mas só agora é apresentado no País.

Projeção

Previsões de taxas anuais de aumento de demanda final de energia (por setor e %)

Indústria	2,2
Transportes	2,5
Outros*	1,9
Uso não energético	0,9
Total	2,2

Fonte: IEA * Inclui agricultura, comércio, setor público e residências